

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO PARA O EMPODERAMENTO DAS MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO PIABAS, BARREIROS – PE

PARTICIPATORY PLANNING FOR THE EMPOWERMENT OF WOMEN FARMERS IN THE PIABAS SETTLEMENT, BARREIROS – PE

Marcelo Rodrigues Figueira de Mello¹ , **Patrícia Cândido de Amorim Silva²** , **Amanda Reges Sena³** , **Rômulo Vinicius Cordeiro Conceição de Souza⁴** , **Micheline Mônica de Oliveira Brito⁵** , **Bianca Silva Tavares⁶** 

^{1*}Autor para correspondência. Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Barreiros, Doutor em Fitossanidade pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: marcelomello@barreiros.ifpe.edu.br

²Graduada Tecnologia em Agroecologia pelo IFPE- Campos Barreiros. Bolsista PIBIC CNPq. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Tecnologia em Agroecologia, Campus Barreiros.

³Doutora em Biotecnologia. Mestre em Recursos Genéticos Vegetais. Graduada em Engenharia de Alimentos. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Tecnologia em Agroecologia, Campus Barreiros.

⁴Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Barreiros, Doutor em Fitossanidade pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

⁵Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável. Especialista em Saúde Ambiental e Graduada em Licenciatura plena em Biologia. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, Tecnologia em Agroecologia, Campus Barreiros.

⁶Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Barreiros, Doutora em Engenharia de Água e Solo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Recebido: 12/09/2023 - Revisado: 19/11/2023 - Aceito: 18/12/2023 - Publicado: 29/12/2023

RESUMO: As mulheres agricultoras passam por um processo de diferenciação nos papéis sociais refletindo-se em desigualdades no acesso aos meios de produção. O empoderamento feminino no espaço rural representa a valorização da mulher, da sua autonomia e da sua cidadania. Para que isso ocorra, o planejamento participativo surge como uma estratégia que permite a essas mulheres alcançarem os seus anseios e necessidades. O objetivo deste estudo foi entender o protagonismo das mulheres agricultoras residentes no assentamento Piabas, município de Barreiros (Pernambuco). Foram entrevistadas vinte mulheres agricultoras de forma individual e em grupo, utilizando um diagnóstico participativo e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas abordaram aspectos sociais, econômicos e ambientais do cotidiano e vida dessas mulheres. Como resultados destacam-se que 80% das propriedades têm a gestão realizada pelos esposos; apenas 30% das mulheres mencionaram acesso ao crédito rural; nenhuma das entrevistadas revelou acessar os programas de comercialização governamentais ou serviços de extensão rural; nenhuma das agricultoras mencionou ter participado de alguma capacitação nos últimos anos. Através da matriz FOFA inúmeras possibilidades como a implantação de uma feira agroecológica foram reveladas, assim como, a ausência no assentamento de importantes atores de extensão rural. A matriz de priorização destacou a necessidade de uma organização social mais sólida que dialogue com os diferentes atores de extensão, agentes financeiros e prefeitura, possibilitando políticas de inclusão e geração de renda.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Gênero; Geração de renda; Organização social.

ABSTRACT: Women farmers go through a process of differentiation in social roles, which is reflected in inequalities in access to the means of production. Female empowerment in rural

areas represents the appreciation of women, their autonomy and their citizenship. For this to happen, participatory planning emerges as a strategy that allows these women to achieve their desires and needs. The objective of this study was to understand the role of women farmers in the Piabas settlement, in the municipality of Barreiros (Pernambuco), suggesting actions that prioritize the protagonism of these women. Twenty women farmers were interviewed individually and in groups, using a participatory diagnosis and semi-structured interviews. The interviews addressed social, economic and environmental aspects of the daily lives of these women. As a result, it is highlighted that 80% of the properties are managed by spouses; only 30% of women mentioned access to rural credit; none of the interviewees revealed accessing government marketing programs or rural extension services; none of the farmers mentioned having participated in any training in recent years. Through the FOFA matrix, numerous possibilities such as the implementation of an agroecological fair were revealed, as well as the absence of important rural extension actors in the settlement. The prioritization matrix highlighted the need for a more solid social organization that dialogues with the different extension actors, financial agents and city hall, enabling policies of inclusion and income generation.

Keywords: Family farming; Gender; Income generation; Social organization.

INTRODUÇÃO

Na Mata Sul de Pernambuco isso não é diferente, o processo de luta e acesso aos meios de produção pelas mulheres agricultoras ainda permanece incipiente. Em especial, por se tratar de uma região onde o monocultivo secular da cana-de-açúcar ainda predomina, sendo o trabalho nesta cultura predominantemente ocupado pelos homens. Restando as mulheres os cuidados com o lar.

Nesta mesma região, muitos assentamentos da reforma agrária foram criados nas últimas décadas, com centenas de famílias agricultoras tendo acesso a sua própria terra. Assim, a “mulher” agricultora poderia surgir como uma protagonista de profundas mudanças sociais. Entretanto, sem uma organização social forte, acesso a políticas públicas de assistência técnica e extensão rural (ATER) ATER que potencialize os desejos e vocações dessas mulheres, poucos avanços têm ocorrido. Nesse contexto, promover a organização social das agricultoras tendo nos serviços de ATER um agente sensibilizador para as políticas públicas existentes para o segmento da agricultura familiar é fundamental para superar importantes desafios postos historicamente à essas mulheres.

O planejamento participativo deve ser uma ferramenta utilizada pelas famílias agricultoras com o objetivo de direcionar as suas ações de forma clara e coordenada. Este planejamento deve contemplar a dimensão social, ambiental e econômica. Para isso, precisa ser



construído democraticamente priorizando os anseios, desejos e as necessidades das famílias agricultoras. Utilizando estratégias que vão desde a utilização de entrevistas para ouvir essas famílias, até a utilização de metodologias participativas que representem o grupo como um todo (BUARQUE, 2008).

Dentro de um determinado grupo, todos os segmentos precisam ter voz e poder de decisão. Isso não é diferente para a “mulher” agricultora. Historicamente, com um olhar reducionista acerca da sua relevância dentro da propriedade rural onde está inserida, mesmo sendo do conhecimento de todos a sua contribuição nos sistemas agroalimentares ecológicos e nos arranjos produtivos que permitem a essas mulheres compartilhar experiências agroecológicas e estratégias coletivas dentro do ambiente onde estão inseridas (GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2021).

As mulheres agricultoras sofreram, e ainda sofrem, um processo de diferenciação nos papéis sociais estabelecidos quando comparado aos homens. Isso reflete-se em desigualdades de oportunidades e acesso restrito aos meios de produção como a terra, a água, sementes e insumos. Nessa circunstância, o termo “empoderamento feminino” surge como forma de valorizar a mulher, o acesso aos seus direitos, autonomia, cidadania e a possibilidades de geração de renda, em especial, quando olhamos para o espaço rural (MICHELS, 2018).

Os desafios impostos a essas mulheres ao longo do tempo fortaleceu a luta e a organização dos movimentos sociais buscando a equidade de gênero e o seu empoderamento, tendo nos movimentos feministas um forte aliado. Embora, isso ainda não seja uma realidade na maioria dos espaços rurais brasileiros. Os resultados do Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram a desigualdade de gênero observado no acesso a políticas públicas, apontando que 81,3% dos estabelecimentos familiares estavam sob gestão masculina e apenas 18,7% sob gestão feminina, e que apenas 9,6% das mulheres recebem informações técnicas por meio de reuniões ou seminários profissionais, contra 14,3% dos homens (BRASIL, 2020).

As mulheres agricultoras possuem desempenhos domésticos e são protagonistas de atividades remuneratórias do campo sem ser percebido como trabalho produtivo. Normalmente, com jornadas de trabalho extenuantes, maiores que na cidade, além dos afazeres da casa. Atuam ainda como mão de obra dos trabalhos manuais hortifrutigranjeiros contribuindo muitas vezes na renda e sustento tanto quanto os maridos (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019).

O objetivo deste trabalho foi entender o papel da mulher agricultora no assentamento Piabas, Barreiros, PE, sugerindo através de um planejamento participativo ações que priorizem o protagonismo dessas mulheres promovendo independência, autonomia e geração de renda.

REFERENCIAL TEÓRICO

“O território da Mata Sul de Pernambuco é caracterizado por uma estrutura econômica agrária baseada no monocultivo da cana-de-açúcar. Os impactos



como o conflito pela terra e o uso indiscriminado de agrotóxicos ainda são características importantes nesta região” (MEDEIROS; PEREIRA, 2019).

Nesta região, o segmento da agricultura familiar destaca-se através do grande número de assentamentos da reforma agrária implantados nas últimas décadas, que tem nas famílias agricultoras um importante protagonismo de transformação e melhoria de vida. De acordo com Cruz *et al.* (2020) a agricultura familiar atualmente é um segmento fundamental para a produção de alimentos.

Apesar disto, segundo Jalil (2009) “existe uma necessidade por condições mais igualitárias entre agricultores e agricultoras no ambiente “rural”. Parte dessas condições consta na Lei de ATER (Lei nº 12.188/10 – Artº 3) que destaca a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia no âmbito da agricultura familiar”.

O Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) no ano de 2017, contabilizou 5.073.324 estabelecimentos rurais no Brasil, desses, 3.897.408 (76,8%) são formados por agricultores familiares (BRASIL, 2020). Embora, neste mesmo censo, constatou-se a desigualdade de gênero no acesso a políticas públicas, uma vez que 81,3% dos estabelecimentos familiares estavam sob gestão masculina e apenas 18,7% sob gestão feminina.

Não considerar o papel da mulher agricultora como um agente econômico dentro das cadeias de valor na agricultura é um equívoco que amplia as desigualdades no campo. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, as questões de gênero existentes na sociedade, com mais ênfase para as mulheres que aos homens, restringindo o acesso das mulheres aos recursos produtivos, mercados e serviços (RODRIGUES, 2020).

As relações de gênero é um elemento central que permeia essas desigualdades. Historicamente, as mulheres ocupam uma posição de coadjuvante tanto nas relações de trabalho quanto de renda. Nesse contexto, ressalta-se o protagonismo das mulheres agricultoras que atuam como agentes ativas na produção e geração de emprego e renda, tendo surgido movimentos reivindicando políticas diferenciadas para o desenvolvimento rural (MEUS; ETHUR, 2021).

As agricultoras possuem uma diversidade de atividades na propriedade rural que muitas vezes não desconsideradas dentro de um contexto remuneratório sem ser percebido como trabalho produtivo. Neste cenário, fragmentos do patriarcado e da cultura machista ainda prevalecem no cotidiano da mulher agricultora, especialmente, em regiões onde predomina a cultivo da cana-de-açúcar como a Mata Sul de Pernambuco. Estratégias pautadas no diálogo e no planejamento participativo que venham possibilitar a essas mulheres atuarem como protagonistas em suas propriedades fortalecem a sua inserção nos espaços de poder (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019).

O papel coadjuvante da mulher no meio rural, vem sendo contestado por meio de um redirecionamento das atribuições femininas nos âmbitos da produção, geração de renda, reprodução familiar e na sua



atuação em grupos sociais (SPANVELLO, 2019). Entretanto, enquanto as discussões de gênero estavam avançando na sociedade para direitos sociais, a mulher da zona rural já era destinada a serviços no campo. Na seara da literatura da agricultura familiar, reflexões sobre gênero e a emergência da história das mulheres ocorrem paralelos a ação de movimentos sociais em prol das mulheres (OLIVEIRA; VILACA; CORREIO, 2019).

Conforme Oliveira, Vilaça e Correio (2019) “a mulher está diretamente ocupada na produção de bens e serviços e nunca esteve alheia ao trabalho em todas as épocas e lugares, ela tem contribuído para a subsistência da sua família e algumas vezes sido a principal colaboradora da família”.

A revolução verde, um marco regulatório na transição para as discussões ecológicas e de gênero, contra o modelo neoliberal hegemônico da época, apontou desafios importantes. Em especial, nas décadas de 1960/1970/1980 privilegiando a grande agricultura em detrimento á agricultura familiar. Como isso, processos de empobrecimento do meio rural devido ao reduzido acesso ao crédito e aos meios de produção foram fortalecidos e permanecem até hoje (TROIAN; BREITENBACH, 2018).

Para Pereira e Castro (2022), (REFERÊNCIA INSERIDA) a agroecologia, tem em sua essência como ciência elementos adequados às condições de manejo de solo, conservação dos recursos naturais e interação homem-natureza dentro de uma perspectiva da segurança alimentar que oferte alimentos em quantidade e qualidade para todos. Somado a isto, o empoderamento da mulher agricultora ainda se expressa de forma tênue, sendo um reflexo da recente caminhada das mulheres nesta direção.

“O processo de produção na agricultura envolve três fatores primordiais, respectivamente, a terra, o capital e o trabalho. Para esses fatores serem transformados em produção e renda, políticas públicas de crédito são fundamentais” (SILVA, 2016).

Conforme Bevilaqua (2016) na década de 90 o poder público reconheceu a importância do papel do agricultor familiar com a regulamentação do decreto Lei nº 1.946 no ano de 1996, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Seguidamente, foram criados programas para compras institucionais de gêneros alimentícios da agricultura familiar como o PAA (programa de aquisição de alimentos criado em 2003 - Lei nº 10.696) e o PNAE (Programa nacional para a alimentação escolar criado em 2009 - Lei no 11.947) (BRASIL, 2020).

Em 2001 foi criada a política de ações afirmativas que estabeleceu cotas de participação para grupos historicamente discriminados e socialmente prejudicados, dessa forma, criou-se uma cota de 30% de participação de mulheres nas políticas públicas (BUTTO, 2014). Outro avanço importante no segmento da agricultura familiar foi superar um dos entraves que sempre existiu acerca da titularidade do homem em todos os processos relacionado a produção. A partir do ano de 2012, a mulher agricultora passou a comercializar sua produção via programas



governamentais (PAA e PNAE) tendo seu nome como titular do processo de compra, garantindo sua autonomia em todo o processo, desde a produção até a comercialização (CONAB, 2019).

Apesar dos avanços, a mulher agricultora ainda enfrenta muitos desafios. Um desses é o acesso aos serviços de ATER. Uma vez ocorrendo um sinergismo entre o acesso a políticas públicas, os serviços de extensão rural (ATER), uma organização social forte e planejamento. Redesenhar os sistemas de produção sob a ótica social, econômica e ambiental é fundamental. Nesse planejamento e priorização de atividades, a mulher agricultora precisa estar presente de uma forma propositiva, participando dos diálogos de construção e matrizes envolvidas como ferramentas para o desenvolvimento rural.

METODOLOGIA

Caracterização da área de estudo e seus sujeitos

Este trabalho é fruto de um trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia no Instituto Federal de Pernambuco -Campus Barreiros, sendo desenvolvido no assentamento Piabas, localizado no município de Barreiros, inserido no território reconhecido como Mata Sul do estado de Pernambuco (Figura 1).

Figura 1. Mapa Político do território da Mata Sul Pernambucana destacando o Município de Barreiros- PE.



Fonte: SDT/MDA (2019)

Originalmente, esta área existe desde o ano de 1950, onde residem atualmente 52 famílias. Vale destacar, que o assentamento Piabas está localizado as margens da rodovia PE-096 entre o município de Barreiros e Água



Preta, sendo proveniente de uma área que remonta da extinção da antiga usina Central Barreiros no ano de 2000 decorrente da crise da indústria canavieira da região. Em decorrência da falência desta usina e da desapropriação de terras para a quitação de débitos trabalhistas, diferentes áreas de assentamentos foram criadas na região (PDA, 2004).

Existe neste espaço famílias de agricultores familiares tendo como principais atividades produtivas a agricultura, caracterizada pela produção voltada ao autoconsumo e a venda do excedente em espaços locais. Essa economia se fortalece ainda com a renda do funcionalismo público municipal e estadual, aposentados e pensionistas com recursos oriundos de programas do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para entender os desafios postos atualmente as mulheres agricultoras, em especial, nas áreas de assentamento localizados na Mata Sul de Pernambuco que impactam diretamente neste território.

Ademais, considerou-se necessária a utilização de técnicas qualitativas e quantitativas utilizando-se um diagnóstico participativo e entrevistas semiestruturadas. O uso conjugado desses dois tipos de abordagem tem o objetivo de identificar e compreender as atividades agrícolas locais e o papel das mulheres agricultoras na área de estudo, possibilitando o desenho de novas alternativas (SOUZA; FEITOSA, 2012). Através dessa abordagem busca-se entender o fenômeno do “empoderamento feminino” sob a perspectiva das mulheres agricultoras entrevistadas (MARCONI; LAKATOS, 2004).

Foram entrevistadas 20 mulheres agricultoras, tendo como critério na escolha dessas mulheres a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/06 – ter até quatro módulos fiscais e residir na propriedade). As entrevistas ocorreram de forma presencial na própria propriedade rural de cada uma das entrevistadas. A entrevista abordou aspectos sociais, econômicos e ambientais relacionados ao cotidiano e história de vida dessas mulheres. Dentre estes aspectos destacam-se: a renda bruta anual, as atividades produtivas, o acesso aos serviços de ATER, benefícios sociais, renda complementar, canais de comercialização,



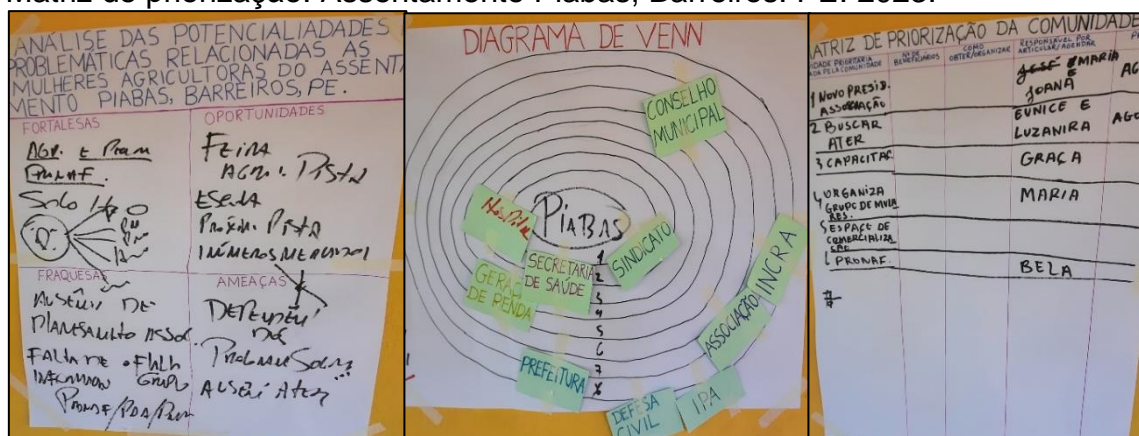
divisão de trabalho na família, acesso ao lazer e aos cuidados da mulher, acesso ao crédito rural, acesso a capacitação, dentre outros.

Além as entrevistas, foi realizado um Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esta metodologia promove um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento (BRASIL, 2006).

Para este diagnóstico foi agendado um momento coletivo com essas mulheres para compreender, através de algumas metodologias participativas, de suas realidades sob um olhar compartilhado. a realidade dessas mulheres sob um olhar compartilhado. Esse momento teve a finalidade de identificar as potencialidades e os problemas dessas mulheres enquanto protagonistas de uma realizada onde elas estão inseridas.

As ferramentas utilizadas neste diagnóstico foram o *Diagrama de Venn*, com o objetivo de verificar a proximidade/relações com os demais atores de ATER do município (Figura 2), uma *matriz de priorização*, para verificar quais demandas apontadas por essas mulheres devem ser prioritárias e a *matriz FOFA* (Figura 2), um método de organização de problemas, potencialidades, ameaças e oportunidades que recorre a um diagrama que distribui tais componentes em blocos diferenciados, permitindo uma percepção clara dos fatores que dificultam e/ou facilitam o desenvolvimento da comunidade (BUARQUE, 2008).

Figura 2. Ferramentas para diagnóstico: Matriz FOFA, Diagrama de Venn e Matriz de priorização. Assentamento Piabas, Barreiros. PE. 2023.



Fonte: Fotos da própria autora do estudo demonstrando as ferramentas para o diagnóstico rural participativo no assentamento Piabas, Barreiros, PE.



Todos os dados obtidos nas entrevistas e no diagnóstico foram sistematizados através de tabelas e planilhas, analisados de tal forma que possibilitou uma visão clara da realidade não apenas das entrevistadas, mas de todo o assentamento Piabas, permitindo além da compreensão dos problemas e desafios presentes nesta área, também apontar caminhos ou estratégias de ação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos socioeconômico das mulheres agricultoras do assentamento Piabas

Em relação ao perfil socioeconômico das entrevistadas foi observado que todas são casadas com cerca de três filhos por família, um tempo de moradia no local entre 15 e 20 anos e possuem área das parcelas de 7,0ha. Vale ressaltar, que no município de Barreiros o módulo fiscal é de 14ha segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, estabelecendo uma área mínima necessária para que a uma propriedade rural seja economicamente viável. Portanto, no assentamento Piabas a área das propriedades é 50% inferior ao módulo fiscal do município.

As entrevistas revelaram que 80% das propriedades a gestão e a tomada de decisão é realizada pelos esposos. Essa prevalência no tocante a gestão masculina apresenta-se principalmente na condução da propriedade, desde os cultivos, passando pelas criações, até a forma de empregar e compartilhar os recursos financeiros aferidos. Em 60% das entrevistadas foi constatado a renda mensal de dois salários-mínimos por mês. Quando questionadas quanto dessa renda provém da agricultura, 50% disseram “nada”.

Apesar de todas as entrevistadas residirem em uma área de reforma agrária conquistada com o objetivo de ofertar terra para a produção agrícola e a sobrevivência das famílias agricultoras, na prática isso não acontece, pelo menos com 35% das mulheres entrevistadas mencionaram trabalhar em outros locais como trabalho doméstico ou comércio. Independente da origem da renda e dos benefícios sociais, o compartilhamento dessa renda no seio familiar fragiliza ainda mais a autonomia dessas mulheres.



Em relação ao acesso ao crédito rural, 30% das mulheres mencionaram conhecer ou já ter acessado o PRONAF.

O crédito rural (PRONAF) (Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar) é o mecanismo legítimo para o agricultor ou agricultora familiar acessar recursos para desenvolver as suas atividades agrícolas. Historicamente, o crédito rural sempre foi mais acessado pelos homens, mesmo que na proposta de crédito esteja inserida a unidade familiar. Nas últimas décadas com a criação do PRONAF mulher, uma linha de crédito específica para as mulheres agricultoras, em alguns locais do país essa lógica começou a mudar (SILVA, 2020).

As demais políticas públicas fundamentais na melhoria de vida da família agricultora como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional para a Alimentação Escolar) não foram citadas pelas entrevistadas. Considerando o tempo dessas mulheres na “lida” com a agricultura e o tempo de existência desses programas (PRONAF, 1996), (PAA, 2003) e o (PNAE, 2009) a falta de conhecimento e acesso a essas políticas ratifica a desinformação na área de estudo.

No tocante aos serviços de ATER, nenhuma das entrevistadas mencionou existir esse serviço no assentamento. Portanto, podemos concluir que essas mulheres não possuem informações sobre as políticas públicas, ficando desprovidas da capacidade de buscar outras possibilidades de renda provindas da agricultura.

Segundo Rocha Júnior (2020) “as políticas de acesso ao crédito rural, a comercialização e a assistência técnica e extensão rural (ATER) são fundamentais para autonomia da família agricultora, para a sua segurança alimentar e na manutenção produtiva dessas famílias”. Nesse sentido, quando questionadas sobre a titularidade da terra, 100% das mulheres afirmaram que estava em nome do esposo. Isso é uma outra fragilidade histórica quando pensamos no empoderamento da mulher agricultura, ou seja, a titularidade da terra. “Além da posse da terra o documento de titularidade da terra estabelece ao proprietário legal um sentimento de pertencimento e uso. O acesso à terra é uma condição fundamental para o desenvolvimento da atividade produtiva” (CHAVES, 2021).

Algumas das lacunas apontadas acima que impedem as mulheres desse estudo de acessarem políticas públicas e conquistarem a sua autonomia explorando inúmeras possibilidades de obter renda ficam em evidência quando



nenhuma das entrevistadas mencionaram receber ou ter participado de alguma capacitação nos últimos anos. A Lei nº 11.326/2006, que trata da Política Nacional da Agricultura Familiar registra no seu Art. 5º que para atingir os seus objetivos, o poder público promoverá o planejamento e a execução das ações em diferentes áreas, dentre elas, o cooperativismo e associativismo (BRASIL, 2006).

Quando questionadas sobre o tempo para elas mesmas no que tange aos cuidados pessoais ou tempo para conversar com as amigas, 70% responderam que conseguem esse tempo. Por outro lado, todas revelaram um sentimento de desvalorização acerca da sua contribuição na agricultura. O aspecto “valorização” não impede que essas mulheres com todas as suas dificuldades executem atividades agrícolas. Mesmo com 70% afirmando que o “companheiro” não facilita, e as vezes, desestimula essas atividades.

“As questões concernentes ao empoderamento feminino se ampliam à medida que a mulher é considerada uma como protagonista se não apenas uma coadjuvante” (MICHELS, 2018).

Matriz FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) apontadas pelas mulheres agricultoras do assentamento Piabas

Através da matriz FOFA, foi possível verificar algumas questões importantes no tocante as oportunidades e fragilidades na área de estudo. Por exemplo, a localização do assentamento as margens da rodovia PE-096 que liga o município de Palmares ao Município de Barreiros, rota das praias. Portanto, um local onde poderia ser explorado a comercialização dos produtos *in natura*, comercialização de comidas típicas e artesanato da agricultura familiar através de feiras ou espaços de convivência.

As condições edafoclimáticas da região propiciam uma condição agrícola para muitos cultivos e criações. Melhorando a renda e fortalecendo a ideia do desenvolvimento neste local. Embora, talvez a falta de capacitação, ausência de uma organização social consistente e a falta de serviços de ATER sejam importantes fraquezas e ameaças a serem superadas (Quadro 1).



Quadro 1. Matriz FOFA descrevendo as fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças construídas através de um diálogo participativo com as mulheres do assentamento Piabas. Barreiros, 2023.

ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E PROBLEMÁTICAS RELACIONADAS AS MULHERES AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO PIABAS, BARREIROS, PE.	
FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
<p>Socioeconômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Agricultura e pecuária. • Renda dos aposentados pode ser investida nas atividades produtivas da propriedade. • Possibilidade de acessar ao PRONAF de forma individual ou coletiva possibilitando atividades em grupo para canais de comercialização específicos. • Posto de saúde e escola na comunidade. • Escola da comunidade como espaço permanente de diálogo e planejamento de ações efetivas que venham a gerar renda. • Presença do IFPE no município para ofertar cursos e capacitações. <p>Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solo fértil. • Clima e sol favoráveis para culturas regionais. <p>USE - ASI!</p>	<p>Socioeconômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assentamento próximo a estrada possibilitando a implantação de uma feira agroecológica comercializando hortaliças, frutas, doces, artesanatos. Ponto obrigatório de passagem para as praias. • Proximidade do município de Barreiros, uma oportunidade para a comercialização. • Mulheres interessadas em capacitação para empreender e gerar renda. • Presença de escolas do município e do IFPE para acessar ao PNAE. • Inúmeros municípios próximos para acessar ao PAA (curtas distâncias). <p>Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de água para a prática de cultivos diversificados. • Coleta de lixo municipal, uma exceção na região. <p>TIRE VANTAGENS!</p>
<p>FRAQUEZAS</p> <p>Socioeconômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de um planejamento comunitário efetivo voltado a atividades diversificadas para geração de renda. • Desinformação ou descontinuidade das políticas públicas (PRONAF, PAA e PNAE). • Ausência de diálogo permanente sobre as questões relacionadas ao desenvolvimento da comunidade. • Falta de articulação das mulheres nos espaços de poder como sindicatos e associações. • Falta de articulação das mulheres na organização de grupos produtivos. • Ausência dos serviços de ATER na comunidade. <p>Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de mata ciliar na margem do rio. • Tratamento do esgoto. <p>ELIMINE – ASI!</p>	<p>AMEAÇAS</p> <p>Socioeconômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dependência dos programas sociais para complementar a renda obtida na propriedade. • Renda dos programas sociais como única renda da propriedade. • Proximidade do município de Barreiros causando uma descaracterização agrária da comunidade. • Ausência dos serviços de ATER dificulta o planejamento de atividades e acesso a políticas públicas. <p>Ambiental:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Utilização de agrotóxicos que pode inviabilizar uma produção agroecológica <p>EVITE – ASI!</p>

Fonte: Sistematização de dados da própria autora do estudo em oficinas com o grupo de mulheres do assentamento Piabas, Barreiros, PE.



O desejo apontado pelas mulheres em fortalecer a sua autonomia através da geração de renda mostra um universo de possibilidades, que devidamente planejado e priorizado, contando com a colaboração dos atores e parceiros locais como o IFPE, o sindicato e a própria associação local, mostram que essas mulheres podem mudar a sua atual situação de dependência, ou seja, um quadro de dependência que perpetua tudo que a expressão “empoderamento feminino” não significa. Portanto, ressignificar esse cenário é primordial não apenas para essas mulheres, mais para todas as 52 famílias do assentamento Piabas.

Um outro fator relevante neste estudo, até porque é um aspecto central de todos os questionamentos, foi que todas as entrevistadas não possuem conhecimento algum sobre o tema gênero ou empoderamento feminino, mesmo quando explicado o significado desses termos, elas não mostraram identificação.

Processos de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades pode ser considerado empoderamento. Neste sentido, o empoderamento representa uma dinâmica que envolve um sentimento de pertencimento, que aumenta o poder da autonomia pessoal pelas relações coletivas e institucionais (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Um outro aspecto importante observado no estudo foi a participação das mulheres nas assembleias e reuniões da Associação do Assentamento Piabas. Com 90% das entrevistadas afirmando que participam.

Esse relato adequa-se à fala de Reis e Paranhos (2021) que destaca “os espaços de diálogo como fundamentais para as demandas e necessidades identificadas nos ecossistemas onde as agricultoras estão inseridas”.

Diagrama de Venn Venn e matriz de prioridades construído pelo grupo de mulheres do assentamento Piabas

O diagrama de Venn revelou a proximidade do assentamento com diferentes atores, sendo observado a proximidade dessas mulheres dos serviços de saúde e do sindicato rural. Por outro lado, ficou claro o distanciamento dos agentes de ATER, prefeitura, Incra e do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco).

Algumas demandas como por exemplo, iniciar uma feira agroecológica as margens da estrada dependem diretamente da autorização da prefeitura, ou



mesmo, comercializar produtos oriundos da agricultura familiar como doces ou artesanato.

Diante de tantas demandas e possibilidades apontadas pela matriz FOFA e pelo diagrama de Venn, é preciso priorizar as ações na forma de um planejamento. Para isso, a matriz de priorização revelou que o grupo entende que inicialmente é fundamental ter um presidente da associação atuante, que dialogue com os diferentes atores de ATER, agentes financeiros, prefeitura, dentre outros.

Planejamento participativo e caminhos para a melhoria de vida e de renda no assentamento Piabas

Com base nas entrevistas realizadas junto as mulheres agricultoras do assentamento Piabas e no diagnóstico participativo o estudo em tela apontou algumas sugestões e caminhos para essas mulheres alcançarem seus objetivos. Nesse sentido o estudo propõe:

- Criar um grupo de mulheres do assentamento Piabas. Este grupo deve representar as mulheres do assentamento em todos os espaços de discussão;
- Implantar espaços de convivência e lazer para essas mulheres através da criação de grupos locais que discutam permanentemente temáticas relacionadas ao empoderamento e empreendedorismo feminino;
- Promover cursos de capacitação em atividades não agrícolas como a fabricação de doces, salgados e processamento de frutas;
- Promover cursos de artesanato e estética como possibilidade de geração de renda no próprio assentamento;
- Incentivar a associação a criar estratégias para reciclagem do lixo, cursos de educação ambiental e programa e reflorestamento da mata ciliar;
- Fazer um levantamento da produção agrícola vegetal e criação animal do assentamento. possível potencial de comercialização junto ao PAA e PNAE;
- Estabelecer parcerias com agentes de crédito do Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB) BB e BNB permanente, que



juntamente com o agente de ATER possibilite um acesso ao crédito de forma programas, direcionada e qualificada;

- Solicitar junto ao IPA, INCRA ou Prefeitura o estabelecimento de um convênio que garanta ações de ATER no assentamento;
- Criar a feira agroecológica e espaço de convivência do assentamento Piabas localizada as margens da rodovia PE-096. Através da comercialização de produtos da agricultura familiar e uma feira de sabores/comidas típicas;
- Implantar ações relacionadas a juventude rural local, inserindo os jovens e as jovens da comunidade em todos os cursos e capacitações que venham a ocorrer na comunidade.
- Criar uma comissão que monitore casos de qualquer tipo de violência contra a mulher agricultora;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável as potencialidades que existem no assentamento Piabas, apontadas pelas ferramentas utilizadas neste estudo. Indicando claramente que o local, a partir de um planejamento coerente e o apoio de todos os atores de ATER do município, poderia proporcionar melhores condições de vida, autonomia e renda, não apenas para as mulheres agricultoras objeto deste estudo, mas para todas as famílias do assentamento PIABAS.

As sugestões acima podem contribuir nessa jornada que não seria possível sem a colaboração das mulheres agricultoras do assentamento Piabas e do IFPE campus Barreiros.

REFERÊNCIAS

Agricultura Familiar – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das ações da CONAB em 2018. **Compêndio de Estudos da CONAB**. CONAB, Brasília, v.20, 2019.

BEVILAQUA, K. A. Pensando além da produção: uma análise da agricultura familiar como ferramenta de consolidação da sustentabilidade pluridimensional e da segurança alimentar. 2016. 134 f. **Dissertação** (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos



Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção I, p.1. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.
Acessado em: 24 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano agrícola e pecuário 2020/2021** Brasília: MAPA, 2020.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamound, 2008. 177p.

BUTTO, A. et al. Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2014. 132p.

CHAVES, P. R., “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2020**. P. 24-36 Goiânia-Go, 2021.

CRUZ, M. H. S. Empoderamento das Mulheres. In: **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, p.111-114, 2018.

CRUZ, N. B., JESUS, J. G., BACHA, C. J. C.; COSTA, E. M. Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília – DF, v. 9, n. 3, p. 59, 2020.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M., PETERSEN, P; GARRIDO P.; FRANCISCO; C. **Introducción a la Agroecología política**. Buenos Aires: CLACSO, 2021. 261 p.

INCRA. Manual técnico de posicionamento: Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1. ed. Brasília: INCRA, 2013. **Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária**, Coordenação Geral de Cartografia. 37p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:
https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 20 fev. 2023.

JALIL, L. M. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009. 141 f. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro. 2009.

KLEBA, M. E; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e sociedade**. v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MEDEIROS, L. S.; PEREIRA, M. C. B. A sociedade de risco no contexto agrário: expansão do agronegócio e resistências agroecológicas em Pernambuco. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability (UFRPE)**,



Garanhuns – PE, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em:
<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/BJAS/article/view/2286>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MEUS, A. G. A; ETHUR, L. Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, Paraná - Brasil. v. 17, p. 01-14, 2021. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/5141/514166114026/514166114026.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

MICHELS, J. P. O caso do programa mulheres sim do IFSC. 2018. 123 f. **Dissertação** (Mestrado) - Curso de Administração, Unisul, Florianópolis, 2018.

OLIVEIRA, M. R; VILACA, A.; CORREIO, L. M. M. Agricultura Familiar: Reflexões Sobre Gênero. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, Boa Vista, vol. 9 n.1, p.52-76, 2019. Disponível em:
<https://revista.ufr.br/adminrr/article/view/5321>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PEREIRA, C. N.; CASTRO, C. N. **Expansão da Produção agrícola, novas tecnologias de produção, aumento de produtividade e o desnível tecnológico no meio rural**. Rio de Janeiro: IPEA, 2022. 48 p.

RODRIGUES, H. E. Empreendedorismo feminino no meio rural paraense: estudo com agricultoras familiares em municípios do baixo Tocantins. 2020. 82f. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém-PA. 2020.

SILVA, F. R. F. Gênero, agroecologia e economia solidária: estudo de caso do grupo de mulheres do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul - PR. **Desenvolv. Meio Ambiente**, Curitiba, v.39, n. 5, p.115-132, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/45697>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SIMON, V. P.; BOEIRA, S. L. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 53, n. 2, p. 532-542, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/938/93854911014/html/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SOUZA, F. S.; FEITOSA, M. L. O. F. **Metodologia do trabalho científico**. Manaus: ESBAM, 2012. 71 p.

SPANVELLO, R. M.; DOEGUE, A. M. N.; DREBES, L. M.; LAGO, A. Mulheres Rurais e Atividades não Agrícolas no Âmbito da Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v.17, p. 250-265, 2019. Disponível em:
<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2019.48.250-265>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Revista Interações**, Campo Grande, MS, v.19, n4, p.789-802, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>. Acesso em: 20 fev. 2023.

REIS, G.; C.; PARANHOS, M. C. M. **Decolonialidade, Moda e Inovação Social**. 2021. 98p.



ROCHA JUNIOR, A., SILVA, R. O., PETERIE NETO, W.; RODRIGUES, C. T.
Efeito da utilização de assistência técnica sobre a renda de produtores
familiares do Brasil no ano de 2014. **Revista de Economia e Sociologia
Rural**, n. 58, v.2, p.1-16. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.194371>. Acesso em: 20 fev. 2023.

